



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 2º Quadrimestre de 2021.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 11 de outubro de 2021, às 10h, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** os Deputados: Serafim Correa e Saullo Vianna. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos deputados e dos técnicos da Sefaz. Em seguida, o Presidente ressaltou que todos os membros da CAE foram devidamente convidados, ressaltou também sobre a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual estavam cumprindo a lei. Em seguida repassou a palavra para os técnicos da SEFAZ para dar início a apresentação, e disse que após a apresentação a palavra seria dada aos membros da comissão para questionamentos.

Com a palavra o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva. O secretário apresentou os técnicos presentes: Maria da Conceição Guerreiro da Silva (Diretora de Contabilidade do Estado), Leonardo (Diretor de Dívida Pública), Denis Moura de Oliveira Rocha (Diretor de Departamento de Estudos de Finanças Pública), Christiane Travassos Santos Silva (Secretária Executiva de Governo), Aurélio (Diretor de Departamento de Tributação), Anny Karoliny Silveira Saraiva (Diretora de Departamento de Arrecadação do Estado). Iniciou a apresentação destacando os quatro grandes grupos de despesas. Despesas liquidadas na ordem de 12,53 BI. Destacou o maior grupo de despesas, tendo como parâmetro o 2º quadrimestre de 2021, os Encargos Especiais (24%), que envolve pagamento de dívida pública e distribuição aos municípios; seguiu a destacando o segundo grande grupo que foi Saúde (20%), logo após a Educação (14%), no quarto grupo destacou Previdência (14%), e por fim, no quinto grupo a Segurança (12%). Fez um comparativo do 2º Quadrimestre de 2021 com 2º Quadrimestre de 2020: Receita Total em 2021 na ordem de R\$15.224 e 2020 na ordem de R\$ 13.239 BI, uma variação de R\$1.989 BI, com 15% de aumento. Quanto as Despesas com Pessoal, na ordem de R\$ 5.596 BI em 2021 e 2020 na ordem de R\$ 4.643 BI, uma variação de aumento de aumento de 21%. A Distribuição Constitucional aos Municípios em 2021um parâmetro de R\$ 1.789 BI em 2020 para R\$ 2.226 BI em 2021, uma variação de R\$ 437 MI. Quanto as Demais Despesas, apresentou uma variação de R\$ 1.030 BI, referente a (28%). Destacou o Repasse Legal aos Poderes, disse que saíram da ordem de R\$ 1.168 BI para R\$ 1.446 BI, uma variação de 25%. Destacou que da Receita Total o principal crescimento fora do ICMS no valor de R\$ 1,5 BI.

Logo após apresentou os Indicadores Fiscais importantes presentes no 2º Quadrimestre de 2021: Índice de Pessoal na ordem de 50,06, Educação 22,69%, Saúde 18,55% e Dívida Consolidada/RCL 35,50%. Com relação ao comparativo com os gastos com saúde no 2º quadrimestre de 2020 e 2021, houve um gasto de R\$ 2.45 BI em 2021 e R\$ 2.15 BI em 2020.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585

dep.ricardonicolau@aleam.gov.br @deputadoricardonicolau

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.039943:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 15/10/2021 13:28:10

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 772D02B10007D856 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Destacou além da evolução da receita, houve uma redução do quadro de endividamento, no qual saíram do 2º quadrimestre de 2020 da ordem 43,7% para 2º quadrimestre de 2021 da ordem de 35,5%. Disse que indo de encontro ao que preceitua a Emenda Constitucional 109/2021, que reforça o objetivo de sustentabilidade da dívida pública. O secretário do tesouro concluiu a dizendo que modo bem sintético apresentou os dados expostos e repassou a palavra para os demais membros para questionamentos.

Após a apresentação do Secretário do Tesouro, com a palavra o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, **Ricardo Nicolau**, pontuou que tivemos 15% de aumento na arrecadação, entretanto o aumento de 21% de pessoal, na ordem de quase R\$ 1 BI nesse segundo quadrimestre, e um aumento de 28% nas demais despesas, como já explanado nas demais audiências a arrecadação, vai muito bem, porém, sempre na contramão das qualidades das despesas e como elas estão sendo executadas. Em seguida questionou o que se atribui o aumento de pessoal nesse segundo quadrimestre, e em relação a dívida consolidada, qual o valor nominal no final do exercício de 2020, e o qual o valor real hoje, e qual a capacidade de investimento do Estado em virtude do crescimento da arrecadação. Depois finalizou perguntando o valor em caixa atualmente no Estado.

Em resposta, o **Secretário do tesouro**, informou que o aumento com despesa de pessoal é resultante da contratação de pessoal na área da saúde para atender a emergência publica. Disse, também, que houve atualizações na AMAZONPREV, um aumento do teto no Regime Geral de Previdência Social e mais o aumento do salário mínimo, sendo que o maior aumento se deu por conta das atualizações no Regime Próprio de Regime especial. Pontuou que em relação a dívida consolidada líquida publicada no segundo quadrimestre de 2021, o saldo do exercício anterior, é de R\$ 6,814 BI, e o saldo na data de hoje é de R\$ 6,330 BI, e com relação a capacidade de investimento autorizado é de apenas 4%, e com relação ao saldo de caixa do Estado publicado no relatório de gestão fiscal é de R\$ 4,943 BI.

Com a palavra, o **Deputado Serafim Correia**, ponderou sobre o aumento que os Poderes tiveram em torno de R\$ 298 Milhões em oito meses, e com base no balanço do ano passado o saldo em caixa teve valores absurdos, citou como exemplo o Tribunal de Contas do Estado que virou o ano de 2020 com R\$ 100 milhões em caixa, e assim questionou se não está na hora de rever o repasse para os poderes, pois há um desencaixe do Executivo em favor dos Poderes que ficam com esses valores em caixa, e por não terem o que fazer inventam “puxadinho”, anexo para gastar o dinheiro, e por estarmos em momento difícil e necessário se repensar sobre os valores repassados aos Poderes, disse que estão muito acima do que deveriam ter. Questionou que a respeito do aumento na Previdência foram as que mais cresceram, e simultaneamente o Governo enviou um projeto de lei que para o ingresso na policia militar passe a ser de 35 anos, assim pede explicações de como que alguém que ingressa aos 35 anos e se aposenta aos 54 anos, contribui apenas 19 anos pagando 14%, vai receber uma aposentadoria por no mínimo 25 anos de 100%, como que 19 anos a 14% cobre 25 anos de 100%?

Finaliza explanando acerca do ITCMD que representa cerca de 0,1% na arrecadação do Estado e a arrecadação deu R\$ 15 BI, e que 10% seria R\$ 1 BI e meio, desta forma, 0,1% seria 15 milhões, porem a burocracia para se pagar o ITCMD é inimaginável, e são várias as





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

dificuldades encontradas, assim ressalta sobre a possibilidade de fazer o recolhimento do imposto da mesma forma da Receita Federal baseado no princípio da boa-fé, pois seria um caminho mais fácil.

Passada a palavra a Diretora de Departamento de Arrecadação do Estado, Anny Karolinny Silveira Saraiva, respondeu que em relação ao ITCMD, devido a questão de burocracia, inclusive existe reclamação da associação de cartórios, diante de tal situação já estarem trabalhando com prudência, com a projeção da folha de pagamento, terão mais de R\$ 500 milhões apenas com folha e estão estudando o valor do abono. Alegou que estão fazendo cenários em razão da variação da receita, caso haja sobra.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ricardo Nicolau, ratificou as palavras do Deputado Serafim Correa e acrescentou que em todas as reuniões sempre pontua que há um descompasso muito grande entre receita e despesa, diante da qualidade dos serviços públicos. Posteriormente passou a palavra para o Secretário do Tesouro para alegações finais.

Repasada a palavra ao **Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva**, afirmou que a qualidade dos gastos públicos é uma preocupação permanente da Secretaria, assim a Secretaria esta criando uma agência de custos, progredindo na qualidade e avaliação dos gastos, permitindo uma melhor avaliação das políticas públicas por todos os Órgãos do Estado. Finalizou dispondo sobre a importância da realização do concurso público para a Sefaz, discorreu ser essencial para o Estado, pois no final de 2021 cerca de 50% dos servidores públicos estarão em condições de se aposentar. Assim, diante de tal situação, pede apoio aos Deputados para o andamento do projeto de lei que trata sobre concurso público para a SEFAZ.

Por fim, o presidente da Comissão, discorreu que o Estado não tem planejamento a longo prazo, e portanto terá uma dificuldade grande por não ter planejamento de políticas públicas. Ao concluir, o Presidente da Comissão fez suas alegações finais, depois agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 2º Quadrimestre 2021.

Ricardo Nicolau

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

